

**A ESCUTA COMPARTILHADA E A NARRATIVIDADE DA
COMUNIDADE PESQUEIRA DE ARRAIAL DO CABO**

Manuela Chagas Manhães (CNEC)
manuelacmanhaes@hotmail.com

RESUMO

É sabido que o narrador favorece para que haja representatividade e não-representatividade na narrativa. Isso acontece por existir um hibridismo nas histórias com a rememoração e as possíveis ressignificações. Assim, encontramos a ressignificação nas histórias cabistas, passadas de geração em geração. Estas são construídas por elementos significantes que compõem a própria vida social, principalmente, quando pensamos na historicidade dessa vila de pescadores que é retratada nas narrativas. Os fatos descritos são compartilhados, ganham um novo leque de sensações e emoções quando construídos e captados pelo narrador. A narrativa permite a escuta compartilhada, de maneira objetiva e descritiva entrelaçadas às questões subjetivas, permeando o processo ficcional por estar presente no imaginário social e, ao mesmo tempo, trazendo elementos da realidade social. É uma escrita repleta de achados e perdidos que passeiam na memória social e coletiva. Tais fatos, lendas e estórias estão voltados para a evocação de um referencial: elementos culturais da realidade social cabista.

Palavras-chave:

Narrativa. Comunidades tradicionais. Escuta compartilhada.

1. Introdução

Ao constatarmos o papel integrador da linguagem, compreendemos que ela permite a interação entre os interlocutores constituindo um grande acervo de sedimentações coletivas. Estas são adquiridas e podem ser reinventadas e reinterpretadas diante das nuances vivenciadas pelo grupo, ou seja, pela própria dinâmica social. O fato é que pela relação dialógica e interação social o processo de socialização é praticado, tanto o primário quanto o secundário. A socialização forma o indivíduo a partir das sedimentações coletivas construídas historicamente e passadas de geração em geração.

Assim, definimos como nosso objeto de estudo a comunidade tradicional pesqueira, utilizamos como fonte de análise o livro: “Arraial do Cabo seus contos e seus encantos”, organizado e documentado por Wilnes Martins Pereira. Tal livro foi o resultado de um trabalho etnográfico de coletar de informações de histórias orais organizadas pelo autor. Desse modo, esse livro realmente é uma fonte grandiosa de elementos estruturantes significativos na construção da memória social e coletiva e da

identidade cultural da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo.

Nesse processo, buscamos a compreensão da conexão entre representações do contexto sociocultural e o seu isolamento social geográfico, os elementos estruturantes significativos e particularidades narradas entre os membros da comunidade. É perceptível a importância da relação da territorialidade, ancestralidade, meio ambiente e o sentido de comunidade tradicional; o desenvolvimento da pesca artesanal e sua definição; e as vivências experimentadas no cotidiano com determinação de funções e saberes, além das lendas com caráter mágico e ficcional construídas na vila de pescadores. Entendemos, então, que esse livro é uma fonte de informação sobre a comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo. Assim sendo, podemos compreender como o aprendizado informal construído historicamente demonstra a relação do conhecimento espontâneo na composição dos seus saberes, sabores, valores, divisão de papéis sociais e racismo local mediante a formação étnica da comunidade cabista.

2. *As memórias, a socialização e a narratividade*

Conforme Bosi (1994, p.49), a socialização é um exercício que retoma determinados elementos, símbolos, gestos e palavras que os retoma até a fixação transformando-os em hábitos, em ações que estão dispostas no cotidiano.

Dessa maneira, haveria a memória-hábito. Nas palavras da autora (1995, p. 49): “A memória-hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural”. Entretanto, num outro extremo, haveria a memória pura formada pelas lembranças que compõem a ligação entre passado e presente. A partir dessa ligação haveria, então, “as ressurreições do passado” que se atualizam por meio da “imagem-lembrança”. Esta, por sua vez, “traz à tona a consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter, não mecânico, mas evocativo do seu aparecimento por via da memória” (p. 49). Neste aspecto haveria a distinção da própria vida, uma vida dita como contemplativa e a outra, a vida ativa.

A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente. A tipologia vem, aliás, de longe: *vita contemplativa e vita activa*. (BOSI, 1995, p. 49)

A socialização é um processo compreendido a partir dos quadros sociais preexistentes no meio social (aquelas sedimentações coletivas) e a existência das memórias. Estas memórias são perceptíveis nas interações da vida cotidiana e ganham novos contornos, sentidos, significações. Bosi (1995), por conseguinte, retoma um dos clássicos da sociologia, Émile Durkheim, ao afirmar que o eixo das investigações sobre “*psique*” e o “*espírito*” provoca um deslocamento essencial para o sentido das funções que são representadas pelas ideias dos seres humanos ao exercerem suas representações no interior do grupo por meio das relações sociais. Desse modo, haverá o predomínio do social sobre o individual¹ devido à alteração substancial dos fenômenos psicológicos como a percepção, a consciência e a memória. Isso se deve à formação daqueles quadros sociais e culturais que são condicionantes da socialização, tornando os atores sociais membros de um grupo, de uma comunidade específica e numa perspectiva macrossocial de uma sociedade. Segundo Beger & Luckman (1985):

(...) o indivíduo não nasce membro de uma sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim (...) Sem dúvida, este assumir em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez assumido pode ser modificado de maneira criadora ou (menos provavelmente) até recriado. Em qualquer caso, na forma complexa de interiorização, não somente compreendo os processos subjetivos momentâneos do outro, mas compreendo o mundo em que vive e esse mundo torna-se meu próprio. (BEGER; LUCKMAN, 1985, p. 173)

Nesse contexto, Bosi (1994) afirma que a memória é uma construção social e, como tal, tem uma importância fundamental para os envolvidos daquele meio social. É nesse ponto que a narrativa percorre a memória social e coletiva. Portanto, ela possibilita a definição de especificidades culturais formadoras de seus elementos culturais, bens culturais e, porque não, patrimônios culturais das distintas comunidades que transitam entre os envolvidos por meio da narrativa. Candau (2016, p. 31),

¹ Tal fato pode ser considerado como base da teoria durkheimiana como definição do que são os fatos sociais. Neste aspecto Durkheim (1995) afirma que “os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual lhe impõem” (DURKHEIM, 1995, p. 20).

então, ressalta a importância da memória social, ao afirmar que esta é composta por um conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo, em nosso caso, por uma determinada comunidade. Já a memória coletiva seria definida por lembranças comuns a um grupo, ou uma comunidade. Neste contexto, em nossa análise, compreendemos a relevância da junção do sentido de ambas, para que entendamos como tais imagens, lembranças e recortes, fatos e acontecimentos se tornam elementos significativos que integram os membros na vida social dessa comunidade tradicional.

Entretanto, evidenciamos que a memória não permanece inalterada, mas sim, ao longo da historicidade da comunidade na qual há vivências e experiências sociais compartilhadas. A memória social e coletiva pode, a todo momento, sofrer ressignificações e reinterpretções. Tais reinterpretções podem conter elementos da realidade social, mas também serão fictícias já que há um processo de reinterpretção que percorre o imaginário social individual e coletivo, possibilitando distintas conotações as quais são dadas pelos indivíduos envolvidos. No entanto, os elementos estruturantes significativos permitem a existência da significação e, por isso, compõem as particularidades da comunidade, em nosso caso específico na comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Isso se deve ao fato de tais elementos culturais serem compartilhados pela narrativa na dinâmica social, permitindo a constituição de sua representatividade e ressignificação.

Quando estabelecemos a relação da memória com o processo de socialização, é perceptível o papel de tais quadros sociais e culturais que são intermediados pela narrativa (BOSI, 1994, p. 53-4). O interessante na constituição desses quadros sociais e culturais é a constituição do reconhecimento social (HONNETH, 2009) em suas distintas dimensões. Isso é evidenciado quando o indivíduo é moldado pela realidade vivenciada nas instituições sociais. Sendo assim, a memória do indivíduo depende de suas relações com a família, com a classe social, com os diversos grupos sociais com os quais convive. Em outras palavras, tais grupos são referências para esse ator social se tornar um membro da comunidade sendo reconhecido e reconhecente. A socialização, então, acontece tendo a memória e a linguagem como instrumentos decisivos. É por meio da linguagem que há aproximação dos espaços históricos e culturais, também permite a redefinição dos quadros sociais e culturais, além de permite uma relação de tempo, de causas e consequências, de motivações, que moldam e identificam os pensamentos, as ações e a forma de se conceber

e conceber o outro nessa realidade social. Nesse sentido, Bosi (1994) argumenta que:

Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, Isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transforma em lembranças (...)

Um dos aspectos mais instigantes do tema é a construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significados”, que dão material de base uma formação histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. (Bosi (1994, p. 59 e 67)

Nesta construção, a narrativa permite a relação dialógica e a convivência social. Partindo de tal afirmação, salientamos que o cotidiano é formado pelo contar histórias, preenchido pelas estórias e significações, tendo distintos narradores que fazem um trabalho colaborativo, inclusive no ato de rememorar tais histórias, hábitos, costumes, imagens-lembranças. Logo, a narratividade é um grande instrumento de integração entre os membros da comunidade. Por meio das narrativas, há o compartilhamento de imagens-lembranças de recortes dos elementos culturais materiais e imateriais, das historicidades e de suas vivências. Essas podem ser ressignificadas, a partir de representações que estão dispostas no cotidiano que, conseqüentemente, são redefinidas pelos narradores e, da mesma forma, pelos receptores.

3. Relação dialógica e transmissibilidade da memória social e coletiva

É efetuada uma relação dialógica na qual há inferência do novo contexto da nova realidade social na constituição dos sentidos e das representações individuais. Neste aspecto, Bosi (1994, p. 55) afirma que: “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, *Halbwachs* amarra a memória da pessoa à memória do grupo”. Os elementos, símbolos, tarefas sociais, então, constituem tanto a memória-hábito quanto a memória lembrança (memória pura), e são fundamentais para a formação e co-existência das memórias social e coletiva, por pertencerem à historicidade da própria comunidade. Nesse contexto Reuter (2002) afirma que:

Antes de tudo, jamais algo é dito ou contado de maneira neutra. Toda palavra e todo enunciado correspondem a uma dupla escolha fundadora: escolha do que é dito, escolha da maneira de dizer. Nesse tocante, toda palavra, todo enunciado e toda narrativa portam vozes e intenções que os opõem potencialmente a outras palavras outros enunciados e outras narrativas. Portanto, o contar é sempre acompanhado de saberes, valores e efeitos. (REUTER, 2002, p. 127)

Logo, compreendemos a narratividade como catalisadora entre os indivíduos e como a fonte de imagens-lembranças, objetos e significa-

ções que serão inspiradores, descritos e captados pelos sujeitos sociais através das relações sociais. O ato de contar permite a transmissibilidade de saberes, valores, lembranças, memórias que se ressignificam ao serem compartilhadas na interação social. Por outro lado, a memória seria definida também pelo seu caráter livre e excepcional. Isso define a fluidez da dinâmica social como processo definidor dos quadros sociais e da própria memória. Tal fato pode ser percebido na afirmação de Bosi (1994):

O caráter livre, quase onírico da memória, é segundo *Halbwachs*, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideais de hoje as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho (...) a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55)

Para Halbwachs (1990), cada memória individual pode ser considerada um ponto de vista sobre a memória coletiva, daí a relação existente com o caráter fundador duplo da narrativa de um enunciado ao escolher o que é dito e como é feito. Nesse sentido, a unidade é formada por múltiplos sujeitos sociais. Fazendo uma analogia a um romance, Bosi (1994, p. 413) descreve a interseção desses diversos pontos de vista como um ponto de convergência fundamental para a constituição da memória social e coletiva. Nas palavras de Bosi (1994):

Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é o ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. (BOSI, 1994, p. 413)

Segundo Reuter (2002), há vozes nas narrativas, pois ao narrar estaremos contando histórias, fatos, com diferentes perspectivas e diferentes sujeitos sociais envolvidos. Isso se deve ao fato da percepção ter diferentes formatos e ser intersubjetiva, depende do indivíduo, o que permite a construção das distintas significações.

Nesse quadro, a relação entre os envolvidos em seu interior colabora com as impressões que têm diferentes prismas e estarão sendo mediadas pelos narradores. A narrativa evidencia uma maneira de contar histórias; ela é percorrida pelas memórias individuais, as quais corresponderão às formas de interpretar fatos do passado no presente e sua relação direta com o cotidiano. Dessa forma, o ato de narrar é uma rememoração de fatos, acontecimentos que estarão no interior de um grupo,

de uma comunidade; é o de “desenrolar fios de meadas” (BOSI, 1994, p. 413). Funciona de maneira simbólica diante de sua própria construção.

O ato de narrar tem elementos objetivos e subjetivos que encarnam denominadores comuns dos diversos membros envolvidos e, por isso, tais elementos podem ser considerados parte integrante da vida social na comunidade e, conseqüentemente, fundamentais para a memória social e coletiva.

O fato é que todas as narrativas sejam elas orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não-oficiais, são narrativas de identidades (ANDERSON *apud* ERRANTE, 2000, p. 142). Nesse aspecto, Errante (2002, p.142) afirma que as narrativas são fontes da realidade social construídas historicamente, e que o narrador, por sua vez, comunica como ele se percebe, assim como percebe os demais e é percebido. Por conseguinte, o narrador alinha, por meio das narrativas, os grupos, ideais, valores e símbolos das suas representações externalizadas. Desse modo, há articulação das vozes narrativas à identidade; há articulação do narrador com o grupo e o meio em que vive (territorialidade).

Toda narrativa se inscreve em uma cultura. Nesse tocante, ela não remete apenas às realidades extralingüísticas do mundo, mas também a outros textos, escritos ou orais, que a precedem ou acompanham e que ela retoma, imita, modifica... este fenômeno é geralmente chamado de intertextualidade (...) (REUTER, 2002, p. 167-8)

Já Maluf (1999) ressalta que as narrativas são pessoais, mas, no entanto, acontecem num espaço (ambiente/territorialidade) em momentos específicos da interação social, e este seria um dos motivos para podermos entendê-las como representantes do próprio *ethos* do grupo no qual o ator social está inserido.

Desse modo, ao falar de si, de suas memórias, recortes e lembranças, ou ainda, recontar histórias que trazem representações da própria comunidade, significa que o indivíduo recai na esfera coletiva. Assim, por mais que sejam experiências singulares e íntimas, ao compor a narrativa, o sujeito social traz um aspecto essencial da afirmação de si e da demarcação simbólica da identidade cultural, tanto individual quanto coletiva, constituindo pelas diferentes formatos narrativos o fenômeno da intertextualidade. Nesse sentido, Bosi (1994) afirma que:

As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecermos, não basta que os outros testemunhem, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (BOSI, 1994, p. 414)

É nesse contexto que compreendemos a origem da palavra memória, que está associada à Deusa *Mnemosyne*. Essa Deusa, conhecida como musa inspiradora e protetora das Artes e da História estaria no caminho dos seres humanos por permitir que eles se comuniquem uns com os outros, assim como tenham a recordação, possibilitando o sentido da sua existência entre seus pares. (LE GOFF, 2000, p. 21-44). Complementando, Benjamin (1987) ao falar da deusa *Mnemosyne*, afirma que ela é considerada como a deusa da reminiscência e funda a cadeia de tradição que transmite os acontecimentos de geração em geração.

Desse modo, há a constituição da herança cultural, a qual pode ser considerada como a base para a concepção do sentido de memória social e coletiva. Nesse sentido, entendemos a relação da memória e da narrativa. Segundo Benjamin (1987, p. 211): “(...) ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstram todos os outros narradores”.

Em outras palavras, quando entendemos a palavra memória, estamos afirmando que a memória permite o ordenamento do mundo antes de existirmos, ela permite que a vida coletiva seja organizada garantindo os modos de vida através de lembranças, vivências e compartilhamento de valores, rituais, tradições. Bosi (1994, p.66) salienta que a memória dos indivíduos é dependente do processo que leva à sua constituição. Sendo assim, seria um longo processo pelo qual há determinação do que permanece e do que significa. Entretanto, a permanência dos elementos estruturantes significativos não é do mesmo modo, ou seja, às vezes quase intactos, mas em outros momentos são alterados.

Segundo Bosi (1994):

(...) na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, pensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito (...) por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 1994, p. 55)

Beger & Luckman (1985) afirmam que a construção social da realidade se deve à formação do indivíduo no meio em que vive. Por conseguinte, a formação do sujeito social é favorecida pela objetividade do que é transmitido e subjetividade pela interpretação que, por isso, ganha uma ressignificação. E há influência sobre o indivíduo pelas instituições soci-

ais como a família, a religião, a organização da vida social, econômica e política, além de aspectos da própria vida cultural. A constituição da memória social e coletiva via a narrativa torna-se, assim, vivenciada pelos membros da comunidade existindo um primeiro reconhecimento entre eles intermediado por estas instituições. Nesse âmbito, há a constituição do elo entre os sujeitos sociais, o qual permite que eles se reconheçam como pares havendo o sentimento de pertencimento. Desse modo, por mais que haja diferentes formas de interpretar e representar a própria memória, individualmente, há pontos de interseções que traduzem a identidade cultural, seja de resistência ou/e de projetos do próprio grupo diante de uma nova realidade social.

Já Halbwachs (1990) nos diz que a memória não permanece inalterada, na verdade, a memória não reproduz de forma simétrica a imagem do que foi vivido do passado, ou seja, na verdade a memória é uma reconstituição, uma reprodução sobre o viés de pontos de vista e, por isso, também, ficcional. Dessa forma, a memória social e coletiva se constrói por meio da interseção dos sujeitos sociais ao se relacionarem uns com os outros. Isso favorece a doação de sentido na relação entre o narrador e o ouvinte; ao passado existente no consciente e inconsciente dos indivíduos: a memória parte da relação com o presente e com a necessidade de conservação de histórias, ou seja, do que é narrado.

São tais questões que permitem a redescoberta e redefinição da identidade cultural. Sendo assim, a dinâmica vivenciada possibilita que haja um acervo de detalhes do experimentado, do observado, de histórias e de lembranças das realidades sócio-históricas culturais da comunidade tradicional em questão. Além disso, esse acervo permite que haja a constituição de suas representações alusivas e memorísticas. Tal perspectiva, no que se refere ao nosso objeto de estudo, é respaldada também em Pereira (2013) ao afirmar que:

As lendas, as crônicas e os contos que repousam nas fontes folclóricas do mundo maravilhoso e do mundo mágico em nossa terra, têm como origem a espiritualidade e a irreverência de um povo que vivia a beira mar com o sublime propósito de inserir valores literários na cultura de nossa gente (...) os contos engraçados eram passados para as pessoas da pequena colônia de pescadores de nosso quarto distrito, e seduziam, principalmente, as crianças pela forma teatral como eram narrados. Acredita-se que alguns fatos existiram, outros não passam de criações imaginárias de um povo espirituoso e participativo da história cultural e folclórica de Arraial do Cabo. (PEREIRA, 2013, p. 9)

Segundo Benjamin (1987, p. 210-211), “a memória é a mais épica de todas as faculdades”. Logo, a Deusa *Mnemosyne* retorna à nossa re-

flexão, por ser ela a musa da narração. Benjamin (1987) salienta que a deusa da reminiscência permite a articulação de histórias. Nesse contexto, há articulação umas nas outras, do mesmo modo que há uma relação direta entre o narrador “contador de histórias” e o ouvinte, já que quem ouve uma história, ainda que rememorada, não está só, mas sim em companhia do narrador. Logo, a partir da narrativa podemos compreender a existência da interação social e o seu papel na integração desses atores sociais. Assim, há a articulação daqueles elementos significativos e fatos manifestados à memória social e coletiva, presentes na realidade social.

4. Narrativa e interlocução: escuta compartilhada na comunidade pesqueira de Arraial do Cabo

A narrativa é um discurso e enquanto discurso demonstra sentidos entre os interlocutores. Isso significa dizer que ao usarmos a linguagem como forma de manter nossas relações dialógicas, há mais do que transmissão de informações. Segundo Orlandi (2002, p.15), a linguagem além de transmitir informações com o discurso, forma um complexo processo na constituição de sujeitos sociais e seus sentidos nos quais há identificação de tais sujeitos, há argumentações, subjetivações e construções da realidade social. Por isso, a linguagem permite que haja relações entre os sujeitos e os significados, assim como os seus efeitos múltiplos e variados provocados na organização social. Para Orlandi (2002), é inegável que o tempo todo, os sujeitos sociais estejam envolvidos com a linguagem e as possibilidades de interpretações. Isso se deve ao fato da narratividade trazer em seu bojo objetos simbólicos que podem ser interpretados ganhando sentido e representações no meio social.

Nesse sentido, a linguagem traz consigo uma fluidez, um movimento de sentidos, diversidades e unidades, vestígios, trajetos, rememorações. Seja como for, esses movimentos representam o próprio ritual da palavra nas relações sociais, as quais compõem a capacidade do ser humano significar e significar-se. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 15): “no trabalho simbólico do discurso está a base da produção da existência humana”.

Nesse contexto Bosi (1994, p. 84-5), partindo dos pressupostos de Walter Benjamin, analisa o ato de narrar. Sua reflexão ressalta que haveria dois tipos de narradores. O primeiro seria aquele que “vem de fora e narra suas viagens” (p. 84). O segundo seria aquele que permanece no seu lugar, na sua terra, ou seja, “conhece sua terra, seus conterrâneos, cu-

jo passado o habita” (p. 84). Assim, para Bosi (1994), o narrador vence a distância em distintos espaços, está no cotidiano, não apenas nos livros. Nas palavras de Bosi (1994, p. 85): “A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narrar da própria experiência e a transforma em experiências dos que o escutam”.

Por conseguinte, encontramos nos contos organizados por Pereira (2013), de maneira geral, tradições, costumes, crenças, saberes, costumes. Há uma edificação do tornar-se humano sobre diferentes prismas, que são fundamentais e que caracterizam a cultura como contexto da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Podemos dizer que é um patrimônio imaterial que permite aos sujeitos sociais conhecerem e se reconhecerem. Assim, em tais contos que foram “remontados” por Wilnes Martins Pereira, há uma narrativa que provoca o imaginário e traz uma espécie de visão de mundo, de estar no mundo, ao qual os interlocutores dessa comunidade se sentem pertencentes. A narrativa permite a escuta compartilhada, de maneira objetiva e descritiva entrelaçadas às questões subjetivas, permeando o processo ficcional por estar presente no imaginário social e, ao mesmo tempo, trazendo elementos da realidade social. É uma escrita repleta de achados e perdidos que passeiam na memória social e coletiva.

Nesse contexto, é sabido que aquelas comunidades em que encontramos um forte conhecimento entre seus membros – conhecimento que formam seus saberes – há uma relação recíproca entre os membros. Diante desse fato, tais comunidades seriam mais propícias a constituírem a memória social e coletiva e, assim, o sentimento que garante a sua organização social ainda que sofram modificações. Isso é possível por existir a “escuta compartilhada”, na qual há a focalização de elementos comuns, assim como acontecimentos, fatos, que demonstram a relação entre as lembranças e suas representações do passado e sua rememoração.

5. Conclusão

Compreendemos as possibilidades de interpretações, de (re) significações e da constituição da memória social e coletiva pela relação dialógica. Candau (2016, p. 70-1) afirma que, ao relacionarmos a memória e a constituição da narrativa, encontramos uma reorganização, uma articulação no fato de contar história. Tal articulação é baseada num processo de criação e interpretação que parte do processo mnemônico. Assim, nos remetemos ao redimensionamento da própria memória social, coletiva e

individual nessa comunidade tradicional de pesca. Nessa redefinição, a comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo estaria realizando a articulação pela criação mnemônica.

Logo, quando há o redimensionamento da própria memória social e coletiva, com a “apropriação do passado”, há a essência da história, pois o narrador retoma aos fragmentados contados e definidores da memória social e coletiva ordenando tais fatos e elementos simbólicos com suas reinterpretações. Isso significa dizer que o narrador unifica os fatos e os torna coerentes.

Nesse aspecto, encontramos os fatos ocorridos a partir da percepção de serem significativos no momento em que acontece a narrativa e a relação dialógica entre o narrador e o ouvinte. É nessa relação que intermedia a interação social que é possível vislumbrarmos a interpretação e a ressignificação dos elementos estruturantes significativos, compondo a historicidade de uma comunidade, assim como sua identidade cultural. Nessa relação, a narrativa sofre a ressignificação que pode enfraquecer ou fortalecer o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade. Em outras palavras, a memória social e coletiva apenas mantém-se forte quando as identidades culturais permanecem fortes.

Em nenhum momento é negada a existência de memórias individuais. Ao contrário, a própria constituição da memória dita como social e coletiva só é possível a partir das memórias individuais. Quando essas, por sua vez, se abrem umas para as outras a partir de objetivos comuns e elementos significativos, existe um grande denominador comum que é coletivo. Ou seja, elas se integram doando sentido e representação para a comunidade propriamente dita. Isso se deve àquela relação dialógica. Bosi (1994, p. 67) compreende que há uma elaboração grupal comum, decisiva para a constituição da memória social e coletiva.

Em outras palavras, diante das significações e representações simbólicas, é perceptível a constituição e reconstrução da memória social e coletiva como possibilidade de sobrevivência do modo de vida, concebida pela autoidentificação. Dessa forma, o modo de vida teria redefinições mediante as novas urgências, desafios, experimentações, dificuldades e necessidades sociais compartilhadas pela comunidade tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Nilo Lima de; JUNIOR, Wilson Coury Jabour (Org.). *Reflexões e ollares: o patrimonio cultural de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalta, 2012, p. 17-42.
- BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22. ed. Tradução: Flórida de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, 1995.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 8, p. 141-74, set, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.
- MALUFF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentidos. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e Procedimentos*. 4. ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.
- PEREIRA, Wilnes Martins. *Arraial do Cabo seus contos e seus encantos*. Rio de Janeiro: Hoffmann, 2013.
- PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF, 2002.
- REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002 (Enfoques, Letras).